

BANCÁRIOS NA LUTA

Ano II | 10 de Junho de 2019 | Nº 68

JORNAL DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DE BAURU E REGIÃO

UMA ENTIDADE FILIADA À 

DIA 14: GREVE GERAL

Assembleia amanhã, dia 11, às 18 horas, aprovará a Greve Geral contra a reforma da Previdência

O **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** realiza nesta terça-feira, dia 11, a partir das 18 horas, uma assembleia para aprovar a participação da categoria na Greve Geral do dia 14.

Convocada por diversas centrais sindicais e categorias, além de movimentos estudantis, a Greve Geral será mais um ato contra a reforma da Previdência do governo Bolsonaro, em defesa da Educação e contra o desemprego. As diferenças entre as manifestações de maio para esta são as paralisações que irão ocorrer por todo o Brasil. Milhares de trabalhadores cruzarão os braços em protesto contra todos esses ataques aos seus direitos.

Em Bauru, o **Sindicato** pretende ter o apoio de bancários de luta, que participarão

das paralisações nas agências centrais da cidade.

A Greve Geral tem de tudo para enterrar de vez o projeto maléfico da reforma da Previdência, que acaba com as aposentadorias e massacra os direitos dos trabalhadores. O forte “tsunami” de manifestantes nos atos dos dias 15 e 30 de maio, prepararam o caminho para a Greve Geral da próxima sexta-feira.

Não há como negociar nenhum ponto da reforma com o governo. A aposentadoria só depois dos 65 anos (homens) e 62 anos (mulheres); o confisco dos benefícios após a proposta do tempo mínimo de contribuição aumentar para 20 anos (com redução do valor do benefício para 60%); o benefício integral só ser disponibilizado depois de 40 anos de contribuição; as

regras para as mulheres conseguirem se aposentar serem endurecidas; a redução dos valores das pensões por morte (podendo ser menor que o salário mínimo); a redução de benefícios do INSS (licença-maternidade, aposentadoria por invalidez e aposentadoria especial); a redução do Benefício de Prestação Continuada (BPC) pago a idosos (reduzido para míseros R\$ 400); o sistema de capitalização, que vai garantir lucros aos bancos, mas vai falir a Previdência pública e pagar benefícios miseráveis ou até dar calote nos trabalhadores; entre outros ataques da reforma, precisam ser derrotados!

Por isso a importância de aprovar a participação da categoria na Greve Geral é essencial! Compareçam à assembleia e vamos à luta!



Diretores do Sindicato nas manifestações do dia 30 de maio em São Paulo (acima) e em Bauru (abaixo). Só a luta muda a vida! Rumo à Greve Geral!



Média de patrimônio dos mais ferrenhos apoiadores da reforma da Previdência é de R\$ 1,9 milhão

A PEC da reforma da Previdência (Proposta de Emenda Constitucional nº 06/2019) recebeu mais de 220 emendas, mas, segundo uma reportagem publicada no dia 3 pelo site *Brasil de Fato*, “existe uma ‘tropa de choque’ leal ao presidente Jair Bolsonaro e ao ministro da Economia, Paulo Guedes, que não mede esforços para aprovar o texto original da reforma.

Ainda de acordo com a reportagem, “em média, os

componentes do batalhão especial do governo declararam um patrimônio de R\$ 1,9 milhão à Justiça eleitoral e salários de R\$ 33.700, cerca de 26 vezes mais que a média dos trabalhadores que são chamados de ‘privilegiados’ pelo governo – equivalente a R\$ 1.300.”

Se tudo correr como estabelece o cronograma de Rodrigo Maia, presidente da Câmara, a Comissão Especial que analisa a PEC deve ter um

relatório pronto para votação até este sábado, dia 15.

Paulo Guedes

Já no dia 6, a *Folha de S.Paulo* publicou uma reportagem informando que “fundos de investimento em participações (FIPs) criados pelo ministro Paulo Guedes (Economia), ainda ativos no mercado, receberam do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Social) e da Previ, entidade de previdên-

cia complementar de funcionários do Banco do Brasil, R\$ 227,1 milhões em aportes de dezembro de 2013 a março deste ano”.

Guedes deixou a Bozano, gestora desses FIPs, logo após a eleição de Jair Bolsonaro, em outubro do ano passado, e a empresa mudou de nome, passando a se chamar Crescera.

“Estado mínimo para nós, Estado máximo para os defensores da reforma”, lembra

Paulo Tonon, diretor do **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região**.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

SÓ É BOA PARA OS BANQUEIROS



Funcionária do BB recebe R\$ 221 mil de 7ª e 8ª horas e incorporação de função

Em janeiro de 2016 o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** ajuizou uma ação que levou o Banco do Brasil a pagar, em outubro do ano passado, R\$ 221,3 mil líquidos a uma funcionária.

A trabalhadora em questão foi admitida como escriturária em janeiro de 1988 e começou a exercer função comissionada em 1990. Passou a atuar como assistente em 2007, até que, em meados de 2015, o banco retirou sua comissão.

Quando do ajuizamento da ação, a bancária já exercia jornada de oito horas diárias havia muitos anos. No entanto, conforme argumentou o **Sindicato**, as responsabilida-

des funcionais da trabalhadora nunca exigiram qualquer fidúcia, sempre foram de caráter eminentemente operacional/técnico.

Ou seja: a funcionária não exercia “funções de direção, gerência, fiscalização, chefia e equivalentes”, às quais não se aplica obrigatoriamente a jornada normal de seis horas da categoria (artigo 224, parágrafo 2º, da CLT).

Além disso, pelo tempo que a bancária exerceu função comissionada (mais de quinze anos ininterruptos), o **Sindicato** pleiteou a incorporação do adicional de função ao seu salário, com base na Súmula nº 372 do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Em julho de 2017, ao emitir sua sentença sobre o caso, a juíza Ana Cláudia Pires Ferreira de Lima, da 1ª Vara do Trabalho de Bauru, considerou os pedidos procedentes, condenando o BB tanto ao pagamento das 7ª e 8ª horas como horas extras quanto ao pagamento das parcelas vencidas e vincendas do “adicional função de confiança”.

O banco recorreu da condenação, mas, enquanto o caso tramitava na segunda instância, propôs um acordo à trabalhadora para encerrar o processo, que consistiu no pagamento de R\$ 221,3 mil líquidos a ela. A funcionária aceitou.

Bradesco paga R\$ 70 mil para encerrar processo movido por ex-gerente

Em agosto de 2013, uma ex-empregada do Bradesco procurou o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** reclamando seu direito de receber o pagamento pelas horas que havia trabalhado além da 6ª hora.

Como se sabe, o artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) estabelece que a jornada de trabalho normal dos bancários é de seis horas diárias, e apenas os que exercem “funções de direção, gerência, fiscalização, chefia e equivalentes” não estão sujeitos a essa determinação (Art. 224, § 2º).

Sim, a bancária em questão realmente exerceu a função de gerente. No entanto,

para a Justiça, somente o nome da função não basta. Para que uma função seja considerada “de confiança”, é preciso que seu detentor tenha subordinados e, principalmente, que tenha autonomia para tomar decisões em nome do banco.

Para o juiz Carlos Roberto Ferraz de Oliveira Silva, da 4ª Vara do Trabalho de Bauru, “a reclamante, apesar de fazer atendimento a clientes, não tinha alçada para contratação de operações, não podia efetuar liberações sem autorização do gerente e não tinha subordinados, ou seja, exercia função normal de bancário, sem aumento da fidúcia a amparar o aumento da jornada

de sem pagamento de horas extras”.

Assim, condenou o Bradesco a pagar duas horas extras por dia de trabalho (pelo período que vai de 15 de janeiro de 2009 a 1º de março de 2012), com reflexos sobre 13º salários, férias acrescidas de 1/3, descansos semanais remunerados (sábados, domingos e feriados) e depósitos ao FGTS.

O banco recorreu da sentença – assim como o **Sindicato**, que havia feito outros pedidos na inicial (pagamento por desvio de função, danos morais, entre outros) –, mas depois ofereceu R\$ 70 mil à trabalhadora para encerrar o processo e ela aceitou.

Assembleias dia 13 discutem acordos de ponto do Pan e do Itaú

Assembleia do banco Pan será às 18 horas, e a do Itaú, às 19 horas

Os bancos Itaú e Pan estão propondo a renovação dos seus acordos coletivos de ponto eletrônico. Para discutir as propostas e deliberar sobre a assinatura dos acordos, o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** realiza duas assembleias nesta quinta-feira, dia 13.

A assembleia para os em-

pregados do banco Pan começa às 18 horas; depois, a partir das 19 horas, começa a assembleia para os empregados do Itaú.

Não há alterações em relação aos acordos atualmente vigentes, e, da mesma forma que os atuais, os novos acordos terão validade de um ano.



O **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** está apoiando politicamente a Chapa 1 “Resistência Bancária” na eleição do Sindicato dos Bancários de Passo Fundo e Região (RS). A chapa é formada majoritariamente por independentes, mas também por bancários militantes da CSP-Conlutas, que estarão presentes no encontro da FNOB nos dias 13 e 14 de julho. O **Sindicato** entende que os princípios que norteiam a Chapa 1 de Passo Fundo são os mesmos que defendemos em nossa base.

Terrorismo na Caixa: reestruturação atinge mais de mil bancários apenas na primeira fase

Em Bauru, mais de 10 funcionários já foram comunicados que serão transferidos para agências

No último dia 31, as áreas-meio da Caixa Econômica Federal foram surpreendidas com mais uma bomba: centenas de empregados seriam transferidos já nos próximos dias para as agências do banco, interrompendo processos de trabalho, gerando o caos na vida dos atingidos e desmontando ainda mais o banco. A reestruturação que será por etapas, atingirá mil bancários apenas nessa primeira fase.

Em menos de seis meses na gestão da Caixa, a dupla Bolsonaro/Pedro Guimarães já tentou vender a Loteria Federal e distribuiu cargos de Vice-Presidentes, Gerentes Nacionais e Superintendentes através de critérios políticos, perseguindo quem tem posições distintas, e estabelecendo um clima de pressão, assédio moral e superexploração ainda maiores.

Para o **Sindicato dos Ban-**

cários de Bauru e Região, o ponto de vista da empresa em abrir mão de pessoas capacitadas numa área para virarem aprendizes em outra não faz qualquer sentido.

“Muitos dos transferidos estão perdendo sua função nessa transferência unilateral, o que desmotiva os funcionários. A Caixa precisa de novas contratações para executar com eficiência o papel de banco público, tão importante para a sociedade brasileira”, declara Alexandre Morales, bancário da Caixa e diretor do **Sindicato**.

Liminar

A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf) obteve na última quinta-feira, 6, uma liminar que, na prática, adia esse processo de transferência forçada. A decisão (da juíza substituta Patrícia Birchall Becattini, da 4ª Vara de Traba-

lho de Brasília) é válida para todo o Brasil.

O **Sindicato** estuda a possibilidade de entrar como litisconsorte nessa ação da Contraf, já que, na base da entidade, mais de 10 bancários já foram transferidos para agências, sendo que dois deles correm o risco de perder a função por conta dessa transferência.

Contratações

A Caixa possui um déficit de mais de 10 mil funcionários. No começo de maio, a Justiça do Trabalho condenou o banco por não contratar pessoas com deficiência (PCD). Para se adequar à legislação da Lei de Cotas, a Caixa precisaria contratar 2.500 PCDs. No último dia 5, o banco anunciou a contratação de mil pessoas aprovadas em concurso em 2014. Entre 50% e 75% destas serão candidatos com algum tipo de deficiência.



Priscila Rodrigues e Alexandre Morales, diretores do Sindicato dos Bancários de Bauru e Região, estão visitando os departamentos atingidos pela realocação e exigindo da Caixa uma audiência para que o banco explique todo o processo. Tanto para os funcionários quanto para o Sindicato, o processo não tem sido feito de maneira transparente e não solucionará o problema da falta de trabalhadores nas agências. O Sindicato também vai notificar o Ministério Público do Trabalho no intuito de impedir mais esse ataque.

Dia 13 tem assembleia para discutir gastos da campanha da Cassi

Será discutido o valor de custeio de materiais

Em maio encerrou-se mais um plebiscito sobre as alterações estatutárias na Cassi (Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil). Embora o voto “sim” tenha ganho com 55.444 votos, o resultado ficou longe dos 2/3 necessários para efetivação das alterações pretendidas pelo BB.

Por isso, nesta quinta, dia 13, às 17 horas, o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** realiza assembleia para deliberar sobre o custeio do

material contra a reforma estatutária da Cassi, já que o **Sindicato** junto com outros sindicatos ligados à FNOB (Frente Nacional de Oposição Bancária) e militantes de todo país fizeram campanha pelo voto “não” (que obteve 49.577 votos).

A assembleia deliberará o valor que será repassado à Oposição Bancária de São Paulo, responsável pela elaboração do material e distribuição do jornal que foi entregue nacionalmente.

STF proíbe privatização de estatais sem aval do Congresso, mas permite venda de subsidiárias

Das 134 estatais que o governo federal tem hoje, 88 são subsidiárias

Após três sessões julgando o tema, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu na última quinta-feira, dia 6, que o governo federal não pode vender empresas estatais sem aval do Congresso Nacional e sem licitação quando a transação implicar em perda de controle acionário.

No entanto, permitiu a venda de estatais subsidiárias. Uma empresa subsidiária é uma espécie de subdivisão de uma companhia, encarregada de tarefas específicas

no mesmo ramo de atividade da “empresa-mãe”. Para citar alguns exemplos, atualmente a Petrobras tem 36 subsidiárias (como a Transpetro e a BR Distribuidora), a Eletrobras tem 30 e o Banco do Brasil, 16.

De acordo com o Ministério da Economia, o governo federal tem 134 estatais, das quais 88 são subsidiárias. Ou seja: se o ministro Paulo Guedes realmente quiser pôr em prática suas ideias liberais, muito em breve colocará to-

das essas 88 subsidiárias no balcão.

A decisão do STF se estende também aos governos estaduais e prefeituras.

Para o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região**, o projeto de governo da dupla Bolsonaro-Paulo Guedes se limita a se desfazer de patrimônio público a preço de banana (lembramos o exemplo da Embraer) para repassar esse dinheiro aos banqueiros como pagamento de dívidas. Um desserviço ao país!

Brasil na lista de violação de direitos trabalhistas

País retorna à lista da Organização Internacional do Trabalho

A reforma trabalhista deverá ser novamente analisada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). O Brasil foi novamente incluído em uma lista preliminar com 40 casos suspeitos de violação de direitos trabalhistas.

Após negociações, será elaborada uma relação menor, com 24 casos, que será levada para exame da Comissão de Aplicação de Normas durante a Conferência Internacional do Trabalho, marcada para começar hoje, dia 10.

Em um relatório preliminar, peritos da OIT entenderam que os artigos 611-A e 611-B, incluídos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e que possuem a previsão de que o negociado entre sindicatos e empresas deve prevalecer sobre o legislado, violam os princípios básicos do direito internacional do trabalho. Para eles, normas só podem ser alteradas para serem mais benéficas ao trabalhador e essas ferem os direitos definidos na Convenção 98 da OIT, que trata de negociação coletiva.

No ano passado, esses mesmos artigos da CLT foram questionados por diversos sindicatos e a queixa foi



acolhida pela Organização Internacional do Trabalho. No entanto, o governo brasileiro, na época sob o comando de Michel Temer, argumentou que a OIT não podia examinar uma lei que ainda estava sendo implementada, o que foi reconhecido pela Comissão de Aplicação de Normas.

Para o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** a reforma trabalhista precarizou ainda mais as relações de trabalho e aumentou o desemprego, que ficou em 12,5% no trimestre de fevereiro a abril, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

“Contratos temporários e outros itens da reforma fazem com que o trabalhador não tenha segurança para um planejamento financeiro a longo prazo. Direitos foram retirados com a desculpa da geração de empregos e retomada econômica, ou seja, uma grande mentira!”, declara Débora Amaral, diretora do Sindicato.

Para piorar, se aprovada, a reforma da Previdência do governo Bolsonaro irá agravar ainda mais essa situação. Por isso precisamos combatê-la firmemente, cruzar os braços e ir às ruas na Greve Geral do dia 14. À luta!

Campeonato de Futsal: prazo de inscrições termina dia 21

Os times que quiserem participar do Campeonato de Futsal do **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** têm até o dia 21 de junho para se inscrever. Cada equipe deve-

rá ter no mínimo sete jogadores e, no máximo, doze.

Bancários não sindicalizados, financiários e estagiários ou terceirizados devem pagar uma taxa de R\$ 20 para par-

ticipar. Veja o regulamento completo e imprima a ficha de inscrição no site do **Sindicato** (seebbauru.org.br). Depois, envie-a para o e-mail contato@seebbauru.org.br.

Dia 28, no palco do SindBar, a banda Seattle Dead Idols

No dia 28 de junho, o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** recebe no palco do SindBar a banda bauruense Seattle Dead Idols.

Formada por Otávio Bornia (vocalis e guitarra), Vitor Caricati (guitarra e vocalis), João Caricati (baixo) e André Cavalheri (bateria), a banda tem em seu nome sua essência grunge rock. No repertório, um tributo às bandas da década de 1990, como Nirvana, Foo Fighters, Pearl Jam, Alice In Chains e Soundgarden.

O SindBar abre suas portas às 19 horas e oferece, além de música de qualidade, cervejas, sucos e refrigerantes, espetinhos e recreação para crianças. A banda sobe ao palco às 21 horas.

O evento é realizado na sede do **Sindicato**, localizada na rua Marcondes Salgado, 4-44, Centro.

A entrada é gratuita! Esperamos vocês!